



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

**CLIPPING**

DATA  
15.01.2025

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
1 de 26

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

## SUMÁRIO

- ② [E AS PREVISÕES PARA 2025? – O Popular](#)
- ② [EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS – O Popular](#)
- ② [DISPUTAS JUDICIAIS DE R\\$ 1 TRI REFLETEM CAOS TRIBUTÁRIO – Folha de São Paulo](#)
- ② [EMENDAS DOMINAM A POLÍTICA COM MAIS DE R\\$ 80 MILHÕES POR DIA – Folha de São Paulo](#)
- ② [DOIS ANOS DE UNIÃO E RECONSTRUÇÃO – Folha de São Paulo](#)
- ② [NOVO MINISTRO ACIRRA DISPUTAS NO GOVERNO LULA E DEVE PROVOCAR REACÇÃO EM MINISTÉRIOS – Folha de São Paulo](#)
- ② [GOVERNO LULA PREPARA CAMPANHA ÀS PRESSAS PARA NEGAR TAXAÇÃO DO PIX – Folha de São Paulo](#)
- ② [PRECISAMOS DE MAIS GENTE QUE NOS COMOVA – Folha de São Paulo](#)
- ② [FISCALIZAÇÃO DO PIX NÃO AFETARÁ AUTÔNOMOS, ESCLARECE RECEITA – O Hoje](#)
- ② [AGU: "GRAVE PREOCUPAÇÃO" COM AS MUDANÇAS FEITAS PELA META – Correio Braziliense](#)
- ② [ELES CONTINUAM AQUI – Correio Braziliense](#)
- ② [A VIDA NUMA CONVERSA – Correio Braziliense](#)
- ② [ISENÇÃO DE IR DEVE SER AMPLIADA, AFIRMA HADDAD – Valor Econômico](#)
- ② [SUPREMO E TST DEVEM DEFINIR EM 2025 IMPORTANTES QUESTÕES TRABALHISTAS – Valor Econômico](#)
- ② [VOLUME DE RECLAMAÇÕES CONTRA DECISÕES DA JUSTIÇA DO TRABALHO DOBRA NO STF – Valor Econômico](#)
- ② [DISPUTE BOARDS: HABEMUS DADOS! – Valor Econômico](#)
- ② [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

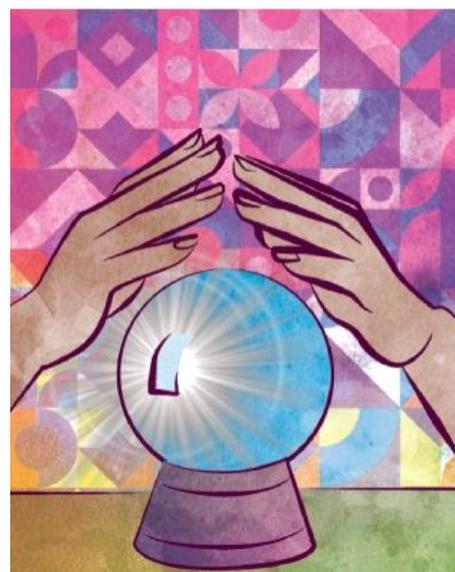
**JORNAL – O POPULAR – 15.01.2025 – PÁG. 03**

**E as previsões para 2025?**

*Cairon Santos*

O início de 2025 é surpreendente e desafiador. Ainda mais em se lembrando que ninguém acertou as previsões de um ano atrás. Nem economista, nem político e nenhum vidente poderia imaginar o que ocorre. No início de 2024 a inflação, os juros e o câmbio estavam em queda, o dólar estabilizado em 5 reais. A economia crescia e o desemprego estava diminuindo.

Pois bem, o tempo passou e chegamos em 2025 com a inflação em alta, os juros subindo, o dólar idem e já está em mais de 6 reais. De forma brutal e paradoxalmente a economia mostra sua força e suas surpresas. Em contraste, a taxa de desemprego é a menor da história, caracterizando pleno emprego. O medidor de crescimento, o PIB, subindo acima da capacidade operacional do parque industrial.



O crescimento ainda está sendo medido e pode chegar a incríveis 3,7%. É uma das maiores expansões que já correu no produto interno bruto. Como entender então que os índices macroeconômicos em parafuso alcançam patamares negativos? Os economistas, bem-humorados, dizem que as previsões entre eles são muito diferentes umas das outras para que tenham a certeza de que pelo menos um deles acerte. Para o início de 2025 ninguém acertou.

Por sua vez, na sua Ata, o Banco Central comunica, em economês, que o hiato do produto está pressionado e pode desancorar a inflação, o que significa, em português sem economês, que a economia está aquecida com procura maior que oferta, gerando mais inflação. Realmente o Brasil não é para amadores, tinha razão Tom Jobim. Mas, felizmente, Fernanda Torres, agora com seu Globo de Ouro de melhor atriz, nos conforta dizendo que: vale viver.

Se querem água na fervura, aí vai: o CEO da Meta diz que está tudo liberado e os EUA é que mandam e existem tribunais ocultos nos outros países. A carapuça serviu certinho para nós. Sem entrar no mérito de possíveis decisões discutíveis e ativismo judicial, que é assumir a postura de legislador e não julgador, nossa Supremo Corte toma decisões ao vivo na TV, no rádio, nos jornais e redes sociais e no mesmo instante são divulgadas e a Suprema Corte da América do Norte não, são escondidas e só sabidas ou liberadas quando e se eles quiserem. Justiça seja feita.

Lá vai mais um petardo para reflexão sobre economia global. O termo globalização já está até antigo como efeito estufa e aquecimento global, que agora chamamos de mudanças climáticas. A verdade é que o mundo está muito pequeno, fácil de ser viajado, em horas pode-se estar em qualquer local da Terra.

Sendo assim, qual o motivo de ainda termos as diferenças entre moedas: o câmbio. O dinheiro tinha que ser um só no mundo todo. As diferenças entre moedas são um tipo cruel de discriminação dos países mais ricos contra os mais pobres. É como discriminar com racismo ou intolerância de gênero.

O sistema é bruto. Dizia meu pai em tom de brincadeira. Um dia, no campo andando na mata, meu filho ainda pequeno me diz se fazíamos aquilo porque somos brutos. Respondi com humor que sim, éramos brutos quase ogros. Então ele disse: papai vamos ser no máximo brutos, ogro já é demais, deixa só para o Shrek. Como diz Zeca Pagodinho, no tempo que Dom-dom jogava no Andaraí, a vida era mais simples de viver.

### **Expansão dos Institutos Federais**

*Guillermo de Ávila Gonçalves*



O Governo Federal anunciou a implantação de cem novas unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o Brasil, com investimento total de 2,5 bilhões de reais e previsão de funcionamento em 2026. Os Institutos Federais cumprem um projeto de capilarização da educação profissional e tecnológica associada ao ensino médio em regiões que historicamente sofrem com a escassez de oferta de ensino público de qualidade. Trata-se, portanto, de uma política de interiorização do ensino público federal,

contemplando também licenciaturas, bacharelados, especializações, mestrados e doutorados. Das cem novas unidades em construção duas são localizadas em Goiás: Cavalcante e Quirinópolis, que servirão como referências geográficas de educação e profissionalização.

Cavalcante, localizada no nordeste goiano, possui forte tradição quilombola e de turismo de natureza: dessa forma, possíveis cursos técnicos poderão ser ofertados nos eixos temáticos de turismo, hotelaria, história e cultura afrodescendente. Já Quirinópolis, localizada no sul de Goiás, possui economia fundamentada na produção agrícola, na pecuária de corte e de leite e, mais recentemente, na expansão dos setores industriais, da construção civil e de serviços. Cursos técnicos voltados para os setores de edificações, manejo de técnicas agropecuárias e automação industrial poderão atender às demandas existentes no município e nas cidades limítrofes.

De acordo com o Ministério da Educação existem atualmente 685 unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no país, da qual os Institutos Federais (IFs) fazem parte. Com as novas unidades o quantitativo da rede chegará a um total de 785 campi ofertando sobretudo -- mas não somente -- matrículas na educação profissional técnica associada ao ensino médio, vocação histórica das escolas técnicas que deram origem à rede ainda na primeira metade do século passado.



**CLIPPING**

DATA  
15.01.2025

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
4 de 26

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás possui atualmente 14 campi em funcionamento, localizados em Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia (unidades Centro e Goiânia Oeste), Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso. É importante destacar que os Institutos Federais atuam também na pesquisa e na extensão, o que inclui eventos culturais, científicos e esportivos como os Jogos dos Institutos Federais, as Semanas de Ciência e Tecnologia e festivais de arte e música.

Por fim, cumpre ressaltar a missão histórica dos Institutos Federais de formação humana para o pleno exercício da cidadania, o que ocorre através dos eventos anteriormente citados e também pela via do ensino da Sociologia, da Filosofia, das Artes e da Educação Física enquanto disciplinas pertencentes às grades curriculares dos diversos cursos oferecidos pela Rede Federal.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 15.01.2025 – PÁG. A2**

### **Disputas judiciais de R\$ 1 tri refletem caos tributário**

Ações que ameaçam a arrecadação federal advêm, principalmente, do sistema kafkiano de taxação nos três níveis de governo

Todos os anos o governo federal precisa se defender nas cortes superiores de ações que podem resultar em perdas na casa das centenas de bilhões em arrecadação. Não é diferente neste 2025, em que casos de natureza tributária em análise no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça somam até R\$ 1 trilhão, conforme noticiou a Folha. Autoridades do Executivo cumprem seu papel ao proteger o erário, mas é claro que o setor público nem sempre é inocente nas disputas. O fato é que o sistema brasileiro de impostos é de tal modo caótico, com regras variando entre o intrincado e o absurdo, que estimula interpretações oportunistas de lado a lado, tornando os litígios intermináveis.



A maior fonte de discórdia —e riscos para as finanças públicas e privadas— é, de longe, a tributação do consumo de bens e serviços, que, além de excessiva, está distribuída entre cinco impostos e contribuições sociais nos três níveis de governo. Há PIS, Cofins e IPI, federais; o ICMS, estadual, e o ISS, municipal, com regras variando conforme o local.

Os tipos de questionamento que esse arranjo kafkiano pode suscitar beiram o incompreensível. Está na pauta do Supremo, por exemplo, se o ISS embutido nos preços de produtos integra a base de cálculo do PIS e da Cofins. Trata-se de um desdobramento de uma decisão de quase oito anos atrás, quando o ICMS foi excluído do cálculo das duas contribuições federais.

Embora o entendimento tenha sido firmado há tanto tempo e baseado em lógica que soa elementar, sua aplicação e suas consequências continuam em discussão nos tribunais. No caso do ISS, espera-se vitória dos contribuintes, com impacto de até R\$ 35,4 bilhões para o Tesouro —o valor dependerá da extensão e da retroatividade da medida. Dada a situação ruínosa das contas federais, porém, nem mesmo se pode comemorar um alívio tributário como esse. As receitas do governo, afinal, hoje são insuficientes para bancar os gastos com pessoal, custeio administrativo, programas sociais e investimentos. Qualquer perda impacta as políticas públicas.

Essa insegurança jurídica, de fato, é desastrosa para Estado, empresas, consumidores —toda a sociedade. Dada a magnitude dos valores envolvidos, tribunais tendem a levar em conta outros aspectos, além do jurídico, em suas deliberações.

A esperança de encerrar ou ao menos reduzir esse contencioso funesto reside na reforma tributária, que teve boa parte de sua regulamentação aprovada pelo Congresso no ano passado. No novo sistema, haverá apenas dois tributos principais e similares sobre o consumo, a CBS federal e o IBS regional, mais um imposto seletivo sobre produtos nocivos. Convém, todavia, não subestimar a propensão de governantes, legisladores e magistrados a criar normas obscuras e interpretações heterodoxas que complicam a vida dos contribuintes.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 15.01.2025 – PÁG. A3**

### **Emendas dominam a política com mais de R\$ 80 milhões por dia**

Congresso troca o comando no dia 1º, mas sem sinal de rever a fantástica fábrica de imprimir dinheiro

*Ranier Bragon*



presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Em 1º de fevereiro o comando do Congresso será trocado e muito provavelmente Hugo Motta (Republicanos-PB) e Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) vão assumir as cadeiras de presidente da Câmara e do Senado, respectivamente. Toda renovação pressupõe alguma esperança de mudança, mas sempre há exceções. Motta deve ser o mais jovem presidente da Câmara da história — ele tem 35 anos—, mas já está em seu quarto mandato na Câmara e chega ao cargo pelas mãos de Arthur Lira (PP-AL), o atual ocupante do posto. Alcolumbre volta ao cargo que ocupou de 2019 a 2021 e após emplacar em seu lugar o hoje

Retomando ao segundo parágrafo desse texto, então, nada indica sinais de renovação. Isso apesar de haver um modelo que exigira uma ampla discussão de seu formato e volume. As conhecidas emendas

parlamentares. Reportagem de Mateus Vargas mostrou que de 2020 a 2024 os 594 deputados federais e senadores destinaram 150 bilhões de verbas federais para obras e investimentos em seus redutos eleitorais. Isso representa uma média de mais de R\$ 80 milhões por dia, todos os dias. Úteis, sábados, domingos, dias santos, feriados.

Os valores se quadruplicaram em relação a igual período anterior, o que transformou a maior parte dos parlamentares em vereadores de luxo cujos mandatos são consumidos em sua quase totalidade na gerência da bolada com ministérios, prefeituras e lobistas. As emendas assumiram nos últimos anos o protagonismo do dia a dia do Congresso.

É impressionante que o modelo tenha atingido essa magnitude, consumindo cerca de 20% das despesas discricionárias do governo federal. Mais impressionante é a transparência ausente ou precária, além das incontáveis suspeitas de corrupção. Motta e Alcolumbre não dão qualquer sinal de mudança e mesmo que tivessem tal disposição, seria improvável obterem algum apoio no "chão de fábrica". Fevereiro, que poderia trazer ventos de mudança, tende a trazer os mesmos ventos de sempre —dessa vez, a renovada ameaça de retaliação ao governo, que na visão do mundo legislativo, está por trás das decisões trava-emendas do ministro do STF Flávio Dino.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 15.01.2025 – PÁG. A4**

### **Dois anos de união e reconstrução**

Ainda há muito a ser feito, por meio do diálogo democrático e sem ameaças

*Randolfe Rodrigues*

No final de 2024, a Polícia Federal revelou uma das mais ardilosas tramas golpistas já registradas em nossa trajetória como nação. Estivemos muito próximos de uma grave ruptura constitucional de consequências imprevisíveis. Contudo, a força das nossas instituições e a resiliência do nosso povo mantiveram de pé os alicerces da mais importante conquista dos brasileiros na história recente: nossa democracia! A união entre as instituições, refletida no trabalho junto ao Congresso, sedimentou a base do compromisso com o crescimento sustentável. O esforço de reconstrução nacional reflete-se nos números: forte crescimento do PIB no biênio (sexta economia que mais cresceu no mundo); o menor desemprego da história; avanço no rendimento médio real e na indústria, que cresceu 3,6% em 2024 (maior índice em dez anos).

O país foi o segundo maior receptor de investimentos estrangeiros diretos; a infraestrutura saltou de R\$ 188 bilhões (2022)



para R\$ 260 bilhões e o BNDES ampliou desembolsos de R\$ 98 bilhões para R\$ 148 bilhões. No ranking de produção industrial, o país subiu 30 posições, chegando à 40ª. Além disso, as taxas de pobreza (27,4%) e miséria (4,4%) alcançaram os menores níveis históricos. Nestes 24 meses de governo, tivemos a maior taxa de aprovação de projetos de iniciativa do Executivo dos últimos 30 anos —mais de 35% dos projetos foram aprovados pelo Congresso. Apenas no âmbito da agenda prioritária do governo, houve 51 projetos de lei aprovados nas duas casas.

Mais que números, destacamos a importância das matérias aprovadas, como a reforma tributária, aguardada por 40 anos e concretizada nos últimos dois. Foi a primeira mudança tributária realizada sob a égide da democracia na história do país. Ela reduzirá a carga de impostos para a população mais pobre, inclusive isentando de tributos produtos da cesta básica, e contribuirá para impulsionar a economia, adicionando até 20 pontos percentuais ao PIB em dez anos.

Diversas reformas e programas estruturais aprovados com o Congresso garantem os resultados mencionados. Entre eles estão o retorno de importantes programas sociais —Bolsa Família, Mais Médicos e Minha Casa, Minha Vida—, a volta da política de valorização do salário mínimo, o novo marco fiscal, que regula gastos públicos, o Desenrola Brasil, retirando milhões do SPC e da Serasa, o Mover, para modernizar mobilidade e logística, o Acredita, com crédito acessível para pequenos empreendedores, o Pé-de-Meia, que oferece bolsas para alunos do ensino médio, e a regulamentação do mercado de carbono, hidrogênio verde e transição energética.

Destacam-se ainda o fortalecimento da Lei Paulo Gustavo, valorizando a cultura, e a nova lei de cotas, reafirmando a inclusão e a equidade. O Brasil também retoma seu protagonismo global em 2025, liderando o G20, a COP30 e os Brics, com instituições sólidas e iniciativas transformadoras. Ainda há muito a ser feito e é por meio do diálogo democrático, livre de bravatas, de ameaças e de qualquer tipo de invasão às sedes dos Poderes, que poderemos unir novamente os brasileiros em torno da grande tarefa histórica da reconstrução nacional.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 15.01.2025 – PÁG. A8**

### **Novo ministro acirra disputas no governo Lula e deve provocar reação em ministérios**

Sidônio Palmeira fala em 'faroeste digital' e critica mudanças na Meta

*Catia Seabra / Marianna Holanda*

O marqueteiro Sidônio Palmeira, novo ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), chega ao Palácio do Planalto como um dos principais conselheiros do presidente Lula (PT), ao lado dos ministros Rui Costa (Casa Civil) e Fernando Haddad (Fazenda). Para aliados do presidente, a entrada do marqueteiro, que tomou posse nesta terça (14), altera a





## CLIPPING

DATA  
15.01.2025

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
8 de 26

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

correlação de forças no governo, representando um fortalecimento de Rui na constante queda de braço com Haddad, especialmente na agenda econômica.

Essa disputa já foi travada no debate sobre o pacote de contenção de gastos. O ministro da Fazenda resistiu à inclusão da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5.000 no anúncio. Prevaleceu, no entanto, a proposta de Sidônio, com apoio de Rui Costa e da presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR). Dois dias antes do pronunciamento do titular da Fazenda, Sidônio chegou a apresentar a Lula e ministros um caderno com uma campanha publicitária para a divulgação da isenção. A propaganda só não foi ao ar porque Haddad alegou que a proposta ainda não tinha sido encaminhada ao Congresso.

Apesar dessa objeção, o ministro da Fazenda teve que anunciar a medida em rede nacional —uma demonstração de poder do publicitário. Aliados do presidente afirmam que a ala baiana do governo fica fortalecida com a nomeação do publicitário —Rui foi governador do estado. Sua entrada é também interpretada por aliados de Lula como um passaporte para que o ministro da Casa Civil se torne uma alternativa para a sucessão presidencial, seja em 2030 ou 2026. Outros integrantes do governo ponderam, porém, que a entrada de Sidônio no ministério não é obra do núcleo baiano do governo, mas da relação que ele construiu diretamente com o presidente.

De qualquer forma, há uma sintonia direta com o chefe da Casa Civil. Segundo integrantes do governo, Rui intercedeu para que Sidônio aceitasse o convite do presidente, além de ter defendido a inclusão da isenção do IR no pacote fiscal. Auxiliares palacianos dizem que a forma de Haddad se comunicar com o mercado e a imprensa tem gerado ruídos. Segundo eles, foi com respaldo de Lula que Sidônio reagiu a críticas do ministro da Fazenda à comunicação do governo. À Globonews Haddad disse que o governo teve "um problema grave de comunicação" que impactou a economia. Segundo relatos, até o próprio presidente se incomodou com essa crítica, ainda que o ministro tenha feito a ressalva de estar falando "inclusive da Fazenda".

No dia seguinte, em sua primeira entrevista após ser oficializado no cargo, Sidônio citou o colega de Esplanada para dizer que a comunicação era tarefa de todo o governo, não apenas da Secom. Há um diagnóstico de que hoje há ruídos entre o que as pastas pretendem e o que o Planalto decide, e o novo ministro terá, com o aval de Lula, a tarefa de alinhar o discurso na Esplanada. Isso incluiria a Fazenda, que tem uma estratégia independente. A discussão sobre a isenção do IR ocorre desde a campanha de 2022, quando a equipe técnica resistiu à inclusão da meta no programa de governo de Lula. Prevaleceu o argumento de que a promessa deveria constar em propaganda em rádio e TV.

Nesta terça, após ser oficializado no cargo, Sidônio reclamou de mentiras contra a gestão Lula e voltou a dizer que a comunicação é um desafio para todos, não apenas para a Secom, e que o governo precisa melhorar na área no âmbito digital. Ele abordou também as mudanças nas políticas de moderação e checagem da Meta, dona do Facebook e Instagram. Medidas como as tomadas pela big tech, disse, "são ruins porque afrontam a soberania e criam faroeste digital". "A informação dos serviços não chega na ponta. A população não consegue ver o governo nas suas virtudes. A mentira nos ambientes digitais fomentada pela extrema direita cria uma cortina de fumaça na vida real, manipula pessoas inocentes e ameaça a humanidade", completou.

O ministro disse ainda lamentar que a o extremismo seja distorcido para a defesa do que chamou de "liberdade de manipulação". O marqueteiro, segundo aliados, é conhecido por ser habilidoso no trato, mas sem evitar embates duros. Ele mostrou essa habilidade na campanha de 2022, quando driblou obstáculos interpostos por integrantes da equipe de Lula. Um deles foi não ter acesso às redes do candidato para divulgação de peças da campanha. As senhas ficavam sob responsabilidade de assessores de Lula.

Três anos depois, Sidônio obteve carta branca para demitir antigos auxiliares do presidente, como o jornalista José Chrispiniano, que atuava como secretário de Imprensa. A aposta no governo é que ele vá para uma estatal. Também sairá a secretária de Estratégias e Redes, Brunna Rosa, que trabalhou em outros governos petistas e se aproximou do presidente durante a campanha. Ela deverá ser incorporada à equipe da primeira-dama, de quem também tem a confiança. No lugar de Chrispiniano, entrará o jornalista Laércio Portela, atual secretário de Comunicação Institucional. Ele chegou a ser ministro da Secom, quando Paulo Pimenta assumiu a secretaria de reconstrução do Rio Grande do Sul. Já o cargo de Brunna será ocupado por Mariah Queiroz, que trabalhava com as redes sociais do prefeito de Recife, João Campos (PSB).

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 15.01.2025 – PÁG. A13**

### **Governo Lula prepara campanha às pressas para negar taxaçoão do Pix**

Sob Sidônio, Secom deu prazo de menos de 24 horas às agências para apresentação de peças; avaliação de integrantes do Executivo é que oposição vence batalha nas redes

*Catia Seabra*

Antes mesmo de assumir a Secom (Secretaria de Comunicação da Presidência), o ministro Sidônio Palmeira encomendou às agências encarregadas da comunicação do governo uma campanha de esclarecimento sobre as novas regras de monitoramento da Receita de transações por Pix. Na segunda-feira (13), um dia antes da posse de Sidônio, a Secom solicitou às agências a apresentação de uma estratégia de comunicação digital para combate à desinformação sobre a falsa taxaçoão do sistema de pagamento.



O briefing enviado foi sucinto: informar que não haverá taxaçoão de operações via Pix. O prazo para entrega das peças foi de menos de 24 horas, encerrando-se ao meio-dia desta terça-feira (14), data da posse de Sidônio. Essa urgência foi justificada pela rapidez com que se disseminou versão de que o governo passaria a tributar essas transferências por Pix. Na avaliação de integrantes do Executivo, a oposição está vencendo essa batalha nas redes sociais.

Nesta terça-feira (14), um vídeo em que o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) critica a medida da Receita, afirma que o governo "só está pensando em arrecadar, sem te oferecer nada" e fala em "quebra de sigilo mascarado de transparência" atingiu mais de 100 milhões de visualizações no Instagram. Segundo



## CLIPPING

DATA

15.01.2025

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

10 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

relatos levados ao governo, alguns pequenos comerciantes passaram a recusar pagamento via Pix, exigindo dinheiro vivo. As novas regras entraram em vigor no início do ano e determinam que operadoras de cartão de crédito e instituições de pagamento, como bancos digitais, deverão notificar à Receita Federal operações que ultrapassem o montante de R\$ 5.000 por mês para pessoas físicas e R\$ 15 mil mensais no caso de pessoas jurídicas.

Essas transações abarcam o Pix, inclusive considerando operações entre contas do mesmo titular. A norma já se aplicava para bancos tradicionais e cooperativas de créditos. Agora, passa a valer para novos integrantes do sistema financeiro. O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) divulgou um vídeo na sexta-feira (10) em que fazia um Pix para o estádio do Corinthians e rebatia fake news sobre taxaço. O valor da doação foi de R\$ 1.013, numa menção ao número de urna do PT, 13. "Por que que eu tomei essa decisão? Porque tem uma quantidade enorme de mentira desde ontem em todas as redes sociais dizendo que o governo vai taxar o Pix. E eu quero provar que é mentira", disse.

O gesto do presidente e os comunicados oficiais não foram suficientes para aplacar o clima de desconfiança nas redes sociais e nas ruas. Há, entre aliados do presidente, quem defenda a revogação da medida. Em comunicado, a Receita reafirmou que não existe tributação sobre Pix e que a Constituição proíbe impostos sobre movimentação financeira. "A Receita Federal, portanto, não cobra e jamais vai cobrar impostos sobre transações feitas via Pix. O que está ocorrendo é apenas uma atualização no sistema de acompanhamento financeiro para incluir novos meios de pagamento na declaração prestada por instituições financeiras e de pagamento", disse o Fisco em nota.

A Receita justificou a medida apontando que ela aumenta o controle sobre operações financeiras e facilita o combate à sonegação de impostos e à evasão fiscal. Mas a oposição se valeu da medida para afirmar que essa, na verdade, é a taxaço do Pix. Após ter repostado comentários críticos à medida, o ex-presidente Jair Bolsonaro foi às redes afirmar que mobilizaria a bancada do PL contra a ampliação da fiscalização da Receita. "Vendo que o Pix movimenta, por dia, mais de R\$ 100 bilhões, Lula da Silva determina a Receita Federal ache uma forma de pegar parte desse dinheiro", disse Bolsonaro. "Diaristas, camelôs, cabeleireiras, jardineiros, pedreiros, taxistas, palhaços de festa, ajuda a filhos/netos, vendedores de pipoca, etc", poderão ser obrigados a entregar parte de seu ganho para o Imposto de Renda", afirmou.

A Receita, no entanto, afirma que a medida visa melhorar o "gerenciamento de riscos pela administração tributária". "A Receita Federal busca aumentar a transparência e o monitoramento de operações financeiras, que podem ter reflexo tributário", diz o órgão em artigo de perguntas e respostas divulgado depois que preocupações com o monitoramento ganharam força nas redes sociais.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 15.01.2025 – PÁG. A31

### Precisamos de mais gente que nos comova

É muito avanço de inteligência artificial dando resposta para tudo e pouco sentimento que aplaque angústias, solidões e dramas

*Jairo Marques*

Ouvi do ator Selton Mello, em uma das inúmeras entrevistas que ele tem dado por todo canto nos últimos dias, um elogio a uma apresentadora de TV e um afago aos brasileiros que me deixaram mobilizado. Ele disse mais ou menos assim, editando uma parte ou outra: "Você [Cissa Guimarães] é uma pessoa tão comovente. Eu gosto tanto de você... É tudo muito emocionante. Estamos em festa. É tudo muito bonito, inspirando novas gerações. Esse prêmio da Nanda [Fernanda Torres] simboliza todos nós. Somos nós que vencemos o Globo de Ouro".



O depoimento foi curtinho, mas carregado de uma emoção vigorosa e carinhosa. Tudo em torno de uma legítima e clara comoção. Alguém capaz de comover é alguém com força de fazer a gente repensar uma decisão que parecia tão concreta. É alguém que faz a gente redefinir uma verdade que se carregava ao longo de uma vida. É alguém que consegue dar

energia para remexer entulhos de pensamentos. Ser uma pessoa comovente é carregar em si experiências, vivências, palavras, fé, dores, desassossegos e um dom de atingir o outro com tiros que não matam nem ferem. Eles curam, alumiam, recheiam a existência.

Quem é comovente não economiza felicidade em encontros, não troca abraço por aperto de mão, não deixa ir embora antes de dar ao outro um alento, um espontâneo chamego com o olhar. Quem é comovente tem convicção da diferença que faz um momento, um gesto, um pão, uma palavra para melhorar o dia. Daí a necessidade latente que temos tido dessa gente. Sem comoção, sem quem externe comoção, só há trabalho, produção e, quiça, algum resultado. O puro suco de "energia masculina", como quer o Zuckerberg. A gente ganha fôlego é com o sabor que vem da alegria da colega que conta a realização por ter ficado grávida, daquele amigo que relata histórias espirituais de seu terreiro, dos que ultrapassam doenças cruéis e destilam esperança, daquele que, finalmente, ganhou um espaço sendo exatamente aquilo que quer ser.

Estamos carentes de palcos por onde corram histórias que entreguem relatos que nos façam gargalhar, chorar, gritar, vibrar, interagir, dançar. Saciar nossas curiosidades sobre "quem foi Clara Nunes" numa busca no Google tem reduzido nossas emoções a parágrafos objetivos e insípidos. É muito avanço de inteligência artificial dando resposta para tudo da realidade prática e pouco sentimento que aplaque angústias, solidões e dramas de multidões em seus repousos com a cabeça no travesseiro. É a comoção que amaina a dureza

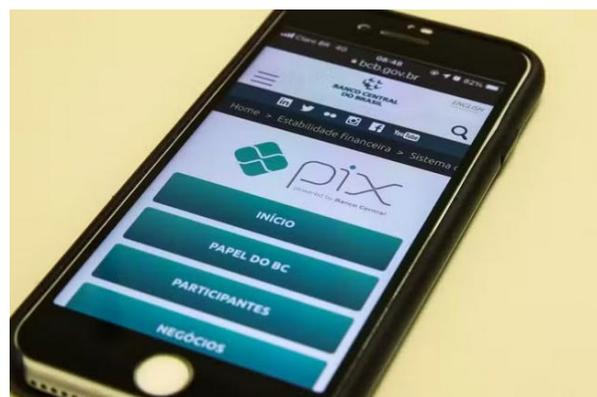
teimosa que a vida vai ganhando quando se atravessa a infância, essa ainda resistente em sutilezas, doçuras e gestos de afeto.

Talvez seja também por isso que criança tenha o poder de derreter o sebo de nossas gorduras de achar tudo sem graça, tudo com segundas intenções, tudo mais do mesmo. Precisamos de mais gente capaz de sacudir nossas certezas, que nos faça mergulhar mais nos sentidos que damos às coisas, que tire a previsibilidade de nossas ações que levam sempre ao mesmo lugar. Sejamos mais abertos à comoção, sejamos mais comoventes.

**JORNAL – O HOJE – 15.01.2025 – PÁG. 04**

### **Fiscalização do Pix não afetará autônomos, esclarece Receita**

O reforço na fiscalização do Pix não afetará a renda dos trabalhadores autônomos, esclareceu a Receita Federal. Nas redes sociais, o órgão esclareceu dúvidas sobre o impacto das novas regras de monitoramento em situações como compra de material por trabalhadores que fazem bicos e uso de cartão de crédito compartilhado com a família.



No caso dos trabalhadores autônomos, o Fisco esclarece que sabe que a movimentação financeira é sempre maior que o lucro final, maior que a renda efetiva do profissional. O reforço na fiscalização, reiterou o órgão, não afetará o profissional que usa o Pix para comprar materiais e insumos, porque a Receita já monitora a diferença entre os custos e o faturamento desde 2003. “Quem faz bicos e tem custos de produção não precisa se preocupar. Mesmo que movimentem mais de R\$ 5 mil, a Receita já tem o hábito de monitorar essa diferença, como no caso de quem vende produtos ou serviços e usa o Pix para o pagamento”, explicou o Fisco.

### **Pedreiros**

A mesma situação, ressaltou a Receita, ocorre com pedreiros e eletricitistas, por exemplo, que recebem pagamento via Pix e que também usam essa ferramenta para comprar material. Isso porque o Fisco já cruza esse tipo de movimentação com as notas fiscais de lojas de materiais. “Pedreiro e o Pix para material [de construção] também não geram problemas. A Receita já sabe que esse tipo de movimentação é comum e cruza dados com outras fontes, como notas fiscais”, esclareceu o Fisco.

A Receita deu o exemplo de um pedreiro que cobra R\$ 1 mil pela mão de obra de um serviço, mas a pessoa que o contrata repassa R\$ 4 mil para ele comprar material, como piso. Nesse caso hipotético, mesmo que as transações sejam feitas via Pix, o Fisco já tinha a informação de que os R\$ 4 mil repassados foram para a loja de materiais e não ficaram como rendimento para o profissional. Isso porque o dinheiro é movimentado por instituições financeiras. Além disso, após cruzar as movimentações com as notas fiscais eletrônicas das lojas de material de construção, a Receita sabe dos R\$ 4 mil em compras realizadas.



## CLIPPING

DATA

15.01.2025

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

13 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Nesse caso, a renda a ser considerada será apenas os R\$ 1 mil que o pedreiro recebeu pelo serviço de fato. “Ninguém cai na malha fina por isso! A Receita sabe que a movimentação financeira é sempre maior que o rendimento, o ‘lucro’ tributável. Ignorar isso seria um erro primário que a Receita não comete”, esclareceu.

### **Cartões de crédito compartilhados**

No caso de uma pessoa que compartilha o cartão de crédito com o restante da família e a fatura é maior que o salário, o Fisco esclarece que o contribuinte não cairá na malha fina. Isso porque esse tipo de fiscalização é feito há mais de duas décadas.

“Nada mudou! A Receita tem os dados do cartão de crédito desde 2003, há mais de 20 anos. Se você nunca passou por problemas, não passará agora”, enfatizou a Receita Federal. Microempreendedores A Receita reiterou que oferece diversas soluções para o profissional autônomo, como a abertura de um registro de microempreendedor individual (MEI), que permite a contribuição para a Previdência Social e o recolhimento dos tributos estaduais e municipais, conforme o caso. Essa solução existe desde 2008.

### **Combate ao crime**

O Fisco destacou que as novas regras, que obrigam bancos digitais e carteiras de pagamento a informar as movimentações à Receita, buscam combater movimentação por fraudadores e criminosos e a lavagem de dinheiro, sem punir o trabalhador. “O que a Receita quer é combater os golpes de Pix, quem usa essas ferramentas para enganar a população”

De acordo com a Receita, a fiscalização acompanha o avanço tecnológico das movimentações financeiras e simplifica a vida do contribuinte, em vez de complicá-la. “A Receita Federal está cada vez mais automatizando o processo de coleta de informações, como os dados do Pix, para evitar que os cidadãos tenham que se preocupar com a fiscalização. A ideia é simplificar, não complicar a vida de ninguém!”, concluiu o Fisco.

**JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 15.01.2025 – PÁG. 03**

**AGU: "Grave preocupação" com as mudanças feitas pela Meta**

Órgão destaca perigo na alteração de Política de Conduta de Ódio da Meta e fará reunião com especialistas na próxima semana

*Luana Patriolino*



A Advocacia-Geral da União (AGU) anunciou para a próxima semana uma audiência pública com o objetivo de discutir os impactos da decisão da Meta (que engloba Facebook, Instagram e WhatsApp) de encerrar o serviço de checagem de fatos. A instituição afirmou que alguns aspectos das informações prestadas pela big tech causam "grave preocupação" e abrem precedentes para o descumprimento da legislação brasileira.

Na noite de segunda-feira, a Meta deu explicações ao governo brasileiro sobre os efeitos no país do fim do programa de checagem de informações nas redes sociais nos Estados Unidos. A empresa disse estar comprometida com a transparência e a liberdade de expressão e em respeitar os direitos humanos. Em nota, a Advocacia-Geral ressalta a recente atualização da Política de Conduta de Ódio, feita pela empresa. "Alguns aspectos constantes no documento da Meta causam grave preocupação na AGU e em órgãos do governo federal. Especialmente a confirmação da alteração e adoção, no Brasil, da Política de Conduta de Ódio que, a toda evidência, pode representar terreno fértil para violação da legislação e de preceitos constitucionais que protegem direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros", diz.

A AGU destaca que a decisão da Meta contraria as afirmações feitas pela empresa em recentes manifestações no curso da discussão sobre o Marco Civil da Internet, no âmbito de processos em julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF). "Em tais manifestações, representantes da empresa asseguraram que as então políticas de governança de conteúdo eram suficientes para a proteção dos direitos fundamentais dos usuários", aponta.

No documento encaminhado à AGU, a Meta explicou que o programa de checagem de fatos será substituído por notas da comunidade e reforça que a mudança iniciará nos Estados Unidos. A empresa alegou que prioriza a segurança e a privacidade dos usuários, visando a eliminação de abusos, e que se compromete em ser transparente com a comunidade a respeito de mudanças na política de conteúdo.

Mesmo com a explicação da Meta, o governo afirma que as medidas "não são suficientes para proteção dos direitos fundamentais da cidadania". "No entendimento da AGU e de ministérios que atuam no tema, os atuais termos de uso das plataformas, assim como as mudanças informadas agora pela Meta, não estão adequadas à legislação brasileira".



## CLIPPING

DATA

15.01.2025

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

15 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

### Medidas

A audiência pública será destinada a discutir os efeitos da nova política da Meta, o dever de cuidado das plataformas digitais, os riscos da substituição do Programa de Verificação de Fatos no exterior e as medidas a serem adotadas "com o objetivo de assegurar o cumprimento da legislação nacional e a proteção de direitos". Serão convidados a participar órgãos governamentais e entidades da sociedade civil que lidam com o tema das redes sociais. Também estarão presentes especialistas, acadêmicos e representantes das agências de checagem de fatos. Na semana passada, o CEO da Meta, Mark Zuckerberg, afirmou que a ferramenta de checagens será substituída por notas da comunidade, livre a todos os usuários. A empresa disse que adotará regras mais brandas sobre disseminação de informações falsas e alegou que as novas normas vão evitar o que classificou como "censura".

O advogado Luis Fernando Prado — especialista em privacidade e proteção de dados — avalia ser prematuro criticar a decisão da big tech. "É um pouco precipitado condenar essa mudança sem saber e sem ter base empírica para afirmar que realmente tornou o ambiente mais inóspito. Os mecanismos de moderação de conteúdo adotados pela plataforma, seja antes da mudança, seja após mudança, são igualmente válidos", frisou. "Precisamos ver, inclusive, como os usuários vão se comportar para denunciar o conteúdo para, a partir daí, termos uma reflexão melhor e uma visão mais clara sobre essa mudança."

Para o idealizador do Instituto Brasileiro de Regulamentação da Inteligência Artificial (IA), Marcelo Senise, a Meta tem demonstrado responsabilidade e respeito pelo ordenamento jurídico brasileiro. "A AGU também agiu de maneira aguerrida e rápida, garantindo que a plataforma cumprisse as exigências legais. Essa dinâmica ressalta a importância do diálogo e da ação eficiente entre entidades privadas e órgãos governamentais para o cumprimento das normas e a proteção dos direitos no ambiente digital", afirmou. Na avaliação do advogado Ulisses Alves da Conceição — especialista em proteção digital e proteção de dados —, ter apenas a ferramenta notas da comunidade pode facilitar a disseminação de conteúdo falso e outros crimes na internet.

"É um modelo salutar. A própria comunidade aponta as possíveis violações. Porém, não se pode nem se deve abrir mão da verificação da própria Meta. Deixando na mão da comunidade, ficamos à deriva no contexto de proteção. Alguns vão dizer que é pela liberdade de expressão, mas se olharmos pelo contexto de redes sociais, principalmente as comandadas pela Meta, temos, na verdade, um cenário de liberdade para a criminalidade, pois com frequência anúncios pagos fraudulentos são difundidos tanto no Facebook quanto no Instagram e, mesmo após denúncias, continuam vigentes", argumentou.

**JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 15.01.2025 – PÁG. 11**

**Eles continuam aqui**

Militares ainda têm sintonia com aqueles que sequestraram Rubens Paiva. Mais ameaçador que isso, a maioria dos parlamentares não parece ter sintonia com os líderes que lutaram contra a ditadura

*Cristovam Buarque*

No evento para lembrar o 8 de janeiro, o presidente Lula disse "nós, democratas, ainda estamos aqui", mas depois de 40 anos de democracia, eles, os golpistas, também estão aqui: tanto militares que ameaçam de fora, quanto civis que enfraquecem a democracia por dentro. Apesar de nada ter a ver com os crimes do passado, a atual geração de militares ainda tem sintonia com aqueles que sequestraram Rubens Paiva. Mais ameaçador que isso, a maioria dos parlamentares não parece ter sintonia com os líderes que lutaram contra a ditadura desejando construir um futuro democrático para o país, os parlamentares de hoje apodrecem a democracia.



Ao assistir a Fernanda Torres recebendo o prêmio de melhor atriz do ano no Golden Globe, vi Eunice e milhares de outras mulheres que passaram pelo que ela sofreu: maridos, filhos, irmãos e amigos desaparecidos. Lembrei de Dilma Rousseff e Miriam Leitão e de centenas de mulheres que sofreram elas próprias prisão e tortura. Vi milhares de homens e mulheres que sofreram durante a brutalidade ditatorial. Lembrei também dos milhões que não perderam a vida, nem foram presos, mas atravessaram 21 anos da história sem participação democrática, sem ver o país caminhar na direção do desenvolvimento rico, justo, sustentável, distribuído, livre. Mas também lembrei que já temos duas vezes mais tempo de democracia do que tivemos de ditadura e ainda não enfrentamos as questões fundamentais para a construção do Brasil que queremos e nosso potencial permite.

Não enfrentamos a questão militar: nossos soldados ainda aprendem que nada daquilo ocorreu, ou o que ocorreu teria sido necessário para salvar o país e que é sua obrigação patriótica, se necessário, recusar resultados das urnas de eleitores equivocados ao escolherem líderes políticos incompatíveis ou corruptos. Foi esse aprendizado que fez com que, por pouco, não tivéssemos tido em 2023 outro golpe, repetindo 1964. Mas a questão militar não é a única nem a mais forte ameaça à democracia: nossos políticos civis e partidos não estão sendo instrumento de consolidação da democracia.

Imaginei o que Rubens Paiva e todos os outros milhares de lutadores que deram a vida pensariam se assistissem como funciona hoje o democrático Congresso Nacional, sem tutela militar, mas usando dezenas de bilhões de reais do dinheiro público para atender a volúpia por voto ou mesmo por aumento da fortuna pessoal. O que pensariam ao ter dado a vida por uma democracia que, no lugar de eliminar, ampliou privilégios, mordomias, vantagens; aumentou a extensão, o tamanho e a tolerância com a corrupção, ao ponto de a honestidade passar a ser motivo de galhofa.

Foi importante acabar com a censura que impedia escrever e publicar livremente, mas, depois de quase meio século, a democracia não eliminou a mais absoluta forma de censura que pesa sobre os 10 milhões de brasileiros adultos analfabetos, incapazes até de reconhecer a própria bandeira; aumentamos o número de universitários, mas pouco fizemos para universalizar a educação de base, não construímos um sistema nacional de educação de base com a qualidade e equidade necessárias ao progresso econômico e à justiça social. Foi fundamental abrir as cadeias, mas, para justificar a democracia, é preciso também derrubar os muros dos condomínios. A partir de 1990, reduzimos a penúria com transferências de renda mínima e com o SUS, mas até hoje não definimos uma estratégia para quebrar a obscena concentração de renda e abolir a vergonha do quadro de pobreza. Em 1994, conseguimos construir uma moeda estável, mas até hoje não conseguimos equilibrar nossas contas públicas devido ao corporativismo, ao imediatismo, à demagogia, à irresponsabilidade e à falta de espírito patriótico.

Fernanda Torres e Walter Salles nos despertam para o que sofremos simbolizado no Rubens, o quanto lutamos simbolizado na Eunice e o quanto ainda estamos devendo a eles e a todos os outros que lutaram pela democracia. Eles nos fazem gritar que "ainda estamos aqui", mas não estamos dizendo "para que estamos aqui": porque, para consolidar a democracia política, é preciso consolidar a democracia social. Fernanda nos deslumbra e orgulha, mas também nos alerta e provoca. O presidente Lula deveria convidar os comandantes e cadetes das Forças Armadas para assistirem ao filme Ainda estou aqui no cinema do Palácio do Planalto para superarmos os traumas do passado, mas também convidar aos parlamentares para assistirem a filmes que mostram o Brasil que estamos construindo: sugiro Grande Sertão, de Guel Arraes.

**JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 15.01.2025 – PÁG. 11**

### **A vida numa conversa**

Tancredo Neves, depois de eleito, deu uma volta ao mundo para se mostrar como o novo presidente do Brasil. Parou em Washington. Conversei com ele longamente na Embaixada do Brasil

*André Gustavo Stumpf*

Quarenta anos passaram muito rapidamente e, neste período, o país mudou bastante. Na época, não havia internet nem telefone celular. Os jornalistas eram obrigados a conversar pessoalmente com suas fontes, frequentar almoços, jantares e, não raro, café da manhã para saber das novidades, que ocorriam com velocidade alucinante. O regime militar estava desmoronando, com inflação elevadíssima, o presidente João Figueiredo fora de combate, depois que operou o coração, e o poder estava nas mãos do chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu. O equilíbrio político era muito precário.

A política estava nas ruas desde 1984, quando a campanha em favor das eleições Diretas Já incendiou o país. A emenda do deputado Dante de Oliveira pretendia que as eleições para presidente da República fossem realizadas, de maneira direta, naquele ano. O Congresso





## CLIPPING

DATA  
15.01.2025

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
18 de 26

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

não aprovou a medida. Mas a mobilização continuou em todo o país. A resposta do governo foi convocar o Colégio Eleitoral, que era constituído por membros do Congresso Nacional mais representantes dos estados. Foi a maneira imaginada para controlar a eleição. Não deu certo.

O Partido Democrático Social (PDS), sucessor da antiga Arena, realizou uma eleição primária para escolher seu candidato à Presidência da República nas eleições de 1985. Duas pré-candidaturas surgiram: a do ex-governador de São Paulo e então deputado federal Paulo Maluf (com o deputado federal cearense Flávio Marcílio para vice-presidente) e a do ex-ministro dos Transportes nos governos Costa e Silva e Médici, o coronel gaúcho Mário Andreazza, (com o ex-governador de Alagoas Divaldo Suruagy para vice-presidente). Maluf derrotou Andreazza na Convenção Nacional do PDS, mas encontrou forte oposição de líderes como Antônio Carlos Magalhães, Hugo Napoleão, Roberto Magalhães, Marco Maciel e Jorge Bornhausen. José Sarney, presidente do PDS, abandonou seu partido e se uniu aos dissidentes. Eles formaram a chamada Frente Liberal.

A Aliança Democrática foi uma coligação entre o PMDB, o principal partido de oposição ao Regime Militar, e os dissidentes do PDS que formavam a Frente Liberal. Essa dissidência acabaria por formar o PFL (atual União Brasil). Apesar de indireta, a oposição mobilizou a população em dezenas de comícios em todo o país. No Colégio Eleitoral, formado por deputados federais, senadores e delegados de cada Assembleia Legislativa dos Estados, Tancredo recebeu os votos do seu partido, o PMDB, da Frente Liberal do PDS, do PDT, PTB, de três dissidentes do PT (que tinha oito deputados e expulsou esses três após a eleição). Dois deputados da oposição, um do PDT e outro do PTB, votaram em Maluf.

Morava em Washington naqueles dias, onde fazia mestrado na School of Advanced International Studies (SAIS), uma escola dedicada ao estudo da política e da economia mantida pela Universidade Johns Hopkins. Participei como jornalista dos movimentos iniciais em favor da eleição de Tancredo. Amigos tratavam de me informar sobre o que ocorria no Brasil. Na época, a ligação telefônica era muito cara. Um amigo especial, o saudoso Ney Sroulevitch, cineasta, não economizou para me informar das novidades.

Tancredo Neves, depois de eleito, deu uma volta ao mundo para se mostrar como o novo presidente do Brasil. Parou em Washington, em fevereiro, quando o clima estava muito frio. Conversei com ele longamente na Embaixada do Brasil. Ele disse-me que convocaria a Assembleia Nacional Constituinte e promover a redemocratização do país. O presidente estava cansado, agasalhado por grosso sobretudo, e me pareceu pálido. Estava com o rosto inchado. Na época, informaram-me que ele consultou um dentista em Washington porque estava com dores de dente. Era um sinal da doença que o matou meses depois.

Retornei ao Brasil por causa dele. Estava com a vida mais ou menos organizada em Washington. Ao final daquela conversa, ele me disse para retornar ao Brasil, que era o meu lugar. Luís Artur Toríbio, repórter que estava acompanhando a viagem de Tancredo, e eu tomamos um vinho francês naquela noite muito fria em Washington. Conte as novidades. E comecei a arrumar minha mala para voltar. Antes, fiz palestra sobre a Nova República em Harvard, no Center of Latin American and Iberian Studies (CLAIS). Casa cheia. Retornei. Mas Tancredo morreu no dia 21 de abril.

**JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 15.01.2025 – PÁG. A3**

**Isenção de IR deve ser ampliada, afirma Haddad**

Novo limite, se confirmado, será compensado em termos fiscais, promete ministro

*Estevão Tairar*



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) orientou a equipe econômica do governo federal a elevar para dois salários mínimos mensais a faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) deste ano. A afirmação foi feita a jornalistas na saída da pasta, em Brasília, antes de o ministro participar de evento no Palácio do Planalto. “Nós estamos considerando essa possibilidade para manter o ritmo de mudança da faixa de isenção”, disse.

O Orçamento deste ano, que ainda não foi aprovado pelo Congresso Nacional, prevê isenção de IR para quem ganha até R\$ 2.824. Caso a isenção suba para dois salários mínimos, o limite ficará em R\$ 3.036. Haddad afirmou que o novo limite, se confirmado, será compensado em termos fiscais, mas não quis adiantar quais serão as fontes de compensação.

Já a reforma tributária sobre a renda envolverá uma série de “medidas” que serão apresentadas depois da aprovação do Orçamento de 2025 e das eleições para as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado. Entre elas, estará a isenção do IR para pessoas físicas que ganham até R\$ 5 mil. “Não será uma lei só que resolverá a questão da renda”, disse. “Como tem eleição das duas mesas [Câmara e Senado], eu considero de bom tom esperar as mesas se organizarem para que essa proposta que está inscrita na Constituição [seja apresentada].”

No ano passado, o governo também ampliou a isenção para quem ganha até dois mínimos. O ministro relatou que recebeu na segunda-feira (13) um telefonema do favorito para a eleição da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), com quem deverá se reunir nesta semana. Além disso, esteve também na segunda-feira com o favorito na disputa para a presidência do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para tratar do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

No caso da reforma tributária sobre o consumo, o ministro afirmou que o projeto de lei complementar (PL) 68/2024, que regulamenta a maior parte das mudanças, será sancionado nesta semana com “poucos vetos” - todos de caráter “técnico” e para evitar “erros de interpretação”. “A essência da reforma está mantida”, disse. “São coisas bastante laterais.”

## JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 15.01.2025– PÁG. E1

### Supremo e TST devem definir em 2025 importantes questões trabalhistas

Na pauta estão ações sobre vínculo de emprego com aplicativos e fraude em terceirização

*Luiza Calegari*

A existência ou não de vínculo de emprego entre trabalhadores e aplicativos e de fraude em casos de terceirização são dois importantes temas trabalhistas que podem ser definidos neste ano pelos tribunais superiores. A primeira questão está na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF). A outra, que acabou gerando uma enxurrada de reclamações ao STF, está nas mãos dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST).



São temas polêmicos, que dividem o Judiciário. Na discussão sobre vínculo de emprego com aplicativos, segundo especialistas ouvidos pelo Valor, chamaram a atenção decisões de turmas do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), dadas na primeira semana de dezembro, em sentidos opostos. A 14ª Turma reconheceu vínculo de emprego entre o iFood e todos os trabalhadores que prestam serviço para a plataforma, condenando a empresa a pagar indenização de R\$ 10 milhões, e mais R\$ 5 mil de multa por infração registrada (processo nº 1000100-78.2019.5.02.0037). Dois dias antes, a 3ª Turma havia entendido que não haveria subordinação entre motoristas e o aplicativo 99 (processo nº 1001384-45.2021.5.02. 0072). As duas decisões foram dadas em ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) com caráter nacional.

As decisões, segundo Eduardo Alcântara, sócio da área trabalhista do Demarest, reforçam a necessidade de um entendimento definitivo sobre o assunto, responsabilidade que deve caber ao STF. “É importante que se tenha uma definição sobre a existência ou não de vínculo de emprego em relações envolvendo as plataformas digitais para se evitar decisões dissonantes sobre o mesmo tema, o que traz insegurança jurídica para as empresas envolvidas e desmotiva o investimento externo no país”, afirma. O ministro Edson Fachin é relator de um processo com repercussão geral (RE 1446336) que vai analisar se existe vínculo de emprego entre motoristas e aplicativos de transporte - o entendimento não valeria para entregadores. Em dezembro, ele convocou uma audiência pública para ouvir mais de 50 especialistas a respeito do assunto. Ainda não há data para julgamento.

*Decisões sobre aplicativos reforçam a necessidade de uma posição do STF” — Eduardo Alcântara*

Para o professor Guilherme Guimarães Feliciano, da Universidade de São Paulo (USP), ao pautar a discussão nesses termos, criou-se uma armadilha, pois é mais provável que o STF diga que nunca existe vínculo. “Se disser que não tem, o juiz não vai mais poder decidir no caso concreto”, diz ele, acrescentando que o ideal seria indicar que “há a possibilidade de vínculo”. Outro tema opõe entendimentos da Justiça do Trabalho e dos ministros do Supremo: se há vínculo de emprego em casos de terceirização. A polêmica



## CLIPPING

DATA

15.01.2025

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

21 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

começou depois de o STF, em 2018, reconhecer a legalidade da terceirização das atividades-fim das empresas.

Na Justiça do Trabalho, os magistrados têm normalmente descaracterizado terceirizações de atividades e reconhecido o vínculo de emprego a trabalhadores. Porém, no Supremo, os ministros vêm derrubando as decisões trabalhistas por meio de reclamações apresentadas por empresas - recurso usado para denunciar o descumprimento da jurisprudência do STF por outros tribunais. Esse movimento levou o ministro Flávio Dino a sugerir, em julgamento na 1ª Turma, que o Supremo “revisite” o julgamento que permitiu a terceirização da atividade-fim no país. De acordo com ele, há uma confusão entre a “pejotização e a terceirização”, o que está gerando precarização dos trabalhadores brasileiros. A questão, por ora, só está na pauta do TST, por meio de recursos repetitivos (temas 29 e 30). Não há data marcada para o julgamento.

Outra questão que está no radar dos especialistas é a fixação de critérios para concessão da gratuidade de justiça no âmbito trabalhista. Em dezembro, o TST fixou tese no sentido de que, mesmo após a edição da reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), basta uma declaração de hipossuficiência da parte para que o juiz possa livrá-la do pagamento das custas do processo. Caberá à empresa provar que o trabalhador tem recursos para arcar com as despesas, se for o caso (RREmbRep-277-83.2020.5.09.0084). O assunto ainda vai ser analisado pelo STF, na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 80. No processo, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) pede que a Corte valide a previsão da reforma de que só têm direito à gratuidade trabalhadores que recebam até 40% do teto dos benefícios da Previdência Social - hoje, esse valor corresponderia a R\$ 3.262,96.

Alexandre de Almeida Cardoso, do TozziniFreire, afirma que a decisão do TST de usar os índices determinados pelo Código Civil para correção dos débitos trabalhistas - a partir da citação, o IPCA - também vai ter desdobramentos neste ano. “Pela nossa apuração preliminar, poderia impactar o caixa das empresas. Pelos modelos de cálculo feitos até agora, não haveria risco de mudança em prejuízo do trabalhador, mas, a depender da flutuação dos indicadores, tornariam a correção mais gravosa para o devedor.” O Tema 26 dos repetitivos do TST, por sua vez, vai abordar a possibilidade de a Justiça do Trabalho julgar incidente de descon sideração da personalidade jurídica (IDPJ) de empresas em recuperação judicial. Hoje, conforme explica Cordeiro, a competência trabalhista vai até a decisão sobre reconhecimento ou não do crédito do trabalhador. Depois dessa fase, o processo é encaminhado ao juízo da recuperação.

O TST vai analisar se a Justiça do Trabalho pode aplicar o IDPJ e então tentar executar o crédito contra os sócios da empresa (RR-244 62-27.2023.5.24.0000 e RR-761-72.2022.5.06.0000). Segundo o advogado, a possibilidade não deveria ser reconhecida. “A recuperação já tem regulamentação específica, que prioriza os créditos trabalhistas. Mas é preciso respeitar o procedimento de habilitação de crédito”, diz Cardoso. No STF, os ministros ainda devem analisar a possibilidade de inclusão de empresa integrante de grupo econômico no polo passivo de processo trabalhista em fase de execução. O relator, ministro Dias Toffoli, votou para permitir a inclusão, “desde que devidamente justificada a pretensão em prévio incidente de descon sideração da pessoa jurídica”. Ele foi acompanhado por Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Gilmar Mendes. O ministro Cristiano Zanin pediu destaque, e agora o caso será julgado em sessão presencial, no dia 12 de fevereiro (RE 1387795). Dario Rabay, sócio da área trabalhista do Cescon Barriou, acredita que, se o posicionamento de Toffoli prevalecer, a tendência é de que o Supremo adote algum tipo de modulação, uma vez que efeitos retroativos “poderiam impactar milhares de execuções”.

## **Volume de reclamações contra decisões da Justiça do Trabalho dobra no STF**

Segundo estatísticas do Supremo, no ano de 2024, pela primeira vez, as questões puramente trabalhistas superaram as processuais civis

*Luiza Calegari*



O volume de reclamações trabalhistas no Supremo Tribunal Federal (STF) dobrou entre 2022 e 2024. Em 2022, foram apresentadas 2.025 ações desse tipo. No ano seguinte, 2.594 e, em 2024, chegaram a 4.274. Entre 2015 e 2018, o Direito do Trabalho não estava entre os três temas mais levados ao STF pela via da reclamação - processo para denunciar quando outros tribunais não aplicam entendimentos já pacificados pelo STF.

Os dados estão disponíveis no painel Corte Aberta. Segundo as estatísticas do Supremo, no ano de 2024, pela primeira vez, as questões puramente trabalhistas superaram as processuais civis (que também podem tratar de temas trabalhistas, mas voltados apenas a questões de tramitação) nesse tipo de processo. De acordo com especialistas, o volume de ações vem aumentando, principalmente, por queixas relativas à aplicação dos precedentes do STF sobre terceirização.

Até a reforma trabalhista (Lei nº 13.467, 2017), o Tribunal Superior do Trabalho (TST) seguia o entendimento da Súmula nº 331 a respeito do tema. Ela diferenciava a legalidade da terceirização da atividade-meio e da atividade-fim. No ano de 2018, no entanto, o Supremo fixou tese de repercussão geral, no Tema 725, para determinar a constitucionalidade da terceirização de toda atividade empresarial (RE 958252). A partir de então, o volume de reclamações levadas ao Supremo vem aumentando gradativamente, conforme explica Fernanda Pimentel, sócia da área Trabalhista e Previdenciária do TozziniFreire. “Esse é um dos motivos que fez com que muitas ações chegassem ao STF, porque não havia violação direta à Constituição nesses casos, mas desrespeito a uma decisão tomada pelo STF que, em teoria, deveria ser aplicada por todas as instâncias”, afirma.

Segundo Renata Olandim, advogada da área trabalhista do Machado Meyer, a maioria dos ministros do Supremo hoje adota um posicionamento amplo do precedente firmado no Tema 725. “A tendência das decisões é de diferenciar se houve prova, no processo, de vício de vontade e de vulnerabilidade do trabalhador. Nesses casos, é mais comum que a decisão seja cassada”, diz. “Sem isso, há inclusive muitos setores com várias decisões nas quais o vínculo é rechaçado, como é o caso de sociedades de advogados ou corretores de imóveis.”

Ao julgar a relação de trabalho entre um médico e um hospital, a 1ª Turma do STF cassou o acórdão da segunda instância que tinha reconhecido o vínculo empregatício. O colegiado seguiu a divergência aberta pelo ministro Alexandre de Moraes, para quem a segunda instância, ao reconhecer que havia subordinação



## CLIPPING

DATA

15.01.2025

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

23 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

que caracteriza o vínculo, desrespeitou os precedentes do Supremo (Rcl 47843). Em contratos de franquia, o Supremo também tende a rechaçar a existência de vínculo de emprego. Em 2023, o Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ) decidiu que um contrato de franquia tinha sido usado para fraudar a legislação trabalhista, pois haveria relação de emprego. Também sob relatoria de Alexandre de Moraes, a 1ª Turma entendeu que a decisão contrariou o entendimento de que a terceirização é lícita mesmo se abrange a atividade-fim (Rcl 57954).

A terceirização também foi considerada legítima pela 2ª Turma, em um julgamento envolvendo um agente de investimentos. Acompanhando o entendimento do ministro Nunes Marques, o colegiado reconheceu uma tendência do tribunal de “abonar novos modelos de articulação entre o capital e o trabalho, diferentes do tradicional vínculo” (Rcl 53688). Mesmo os ministros com mais tendência a manter os fundamentos de acórdãos trabalhistas quando constatada a fraude acabam vencidos se as ações são julgadas pelas turmas. Isso aconteceu com um corretor de imóveis cujo vínculo foi chancelado pelo ministro Flávio Dino, em decisão monocrática. Quando o caso chegou à 1ª Turma, prevaleceu a divergência apresentada por Cristiano Zanin, no sentido de que os precedentes do Supremo tinham sido desrespeitados (Rcl 66517).

Para Renata Olandim, as reclamações viraram o terreno em que os ministros podem expandir ou delimitar o alcance das teses de repercussão geral. Ela explica que a Justiça do Trabalho, historicamente, trata o trabalhador como a parte vulnerável e aplica os entendimentos de forma “restritiva”. “No Supremo, a interpretação é ampliativa. Os ministros já disseram que a tese sobre terceirização vale para diretor que consta no contrato social da empresa e está pedindo vínculo, e para advogados, que também estão nos contratos como pessoas físicas”, afirma ela.

Marcos Fantinato, sócio da área trabalhista do Machado Meyer, chama atenção para o fato de que o TST está se preparando para fazer frente a esse movimento do Supremo em 2025. Em novembro, o tribunal mudou o rito processual do recurso de revista, prevendo uma nova possibilidade de agravo no caso de descumprimento dos precedentes do tribunal. Hoje, se o tribunal de origem nega o reconhecimento do recurso de revista, é possível interpor agravo de instrumento. A Resolução nº 224, de 2024, também autoriza a apresentação de agravo interno. Na prática, explica Fantinato, o novo recurso vai funcionar da mesma forma que a reclamação funciona no Supremo, para denunciar descumprimento de precedente. Além disso, o Pleno do TST julgará o Tema 29, para analisar os elementos de distinção no que diz respeito à aplicação do entendimento do STF sobre terceirização (RR 1848300-31.2003.5.09.0011). Ainda não há data para o julgamento.

**JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 15.01.2025 – PÁG. E2**

**Dispute boards: habemus dados!**

A pesquisa da King's College London chega em boa hora para reafirmar a importância de os players do mercado de infraestrutura compreenderem a magnitude do potencial benéfico que a correta utilização dos dispute boards pode trazer para um projeto

*Adriana R. Sarra de Deus / Kamila M. de Albuquerque Bezerra / Leonardo Feres Montino*

Tempo suficiente já passou a autorizar a afirmação de que o uso de dispute boards (ou DBs) em projetos de construção e infraestrutura é um caminho sem volta. Os DBs “pegaram” e já fazem parte da realidade de grande parte desses projetos, conhecidos por suas altas cifras e elevada complexidade. Rápido, eficiente e especializado são alguns dos adjetivos comumente atribuídos a esse mecanismo, que é adotado pelas partes com dupla função: prevenir conflitos durante a execução das obras e, caso surjam, resolvê-los com a celeridade necessária para não prejudicar o andamento do projeto.



Ocorre que a difusão dessa adjetivação esteve fundada, basicamente, em impressões e experiências individualizadas dos usuários de DBs, sem amparo em estudos e análises empíricas conduzidas com rigor científico. Nesse sentido, criou-se no mercado e na academia uma verdade quase que universal sobre os benefícios que os DBs podem imprimir a um projeto, bem como sobre seu baixo custo em comparação com o valor das obras. Agora, esse cenário mudou: finalmente, habemus dados! No início de dezembro de 2024, o Centre of Construction Law & Dispute Resolution da King's College London publicou a pesquisa “2024 Dispute Boards International Survey: A Study on the WorldWide Use of Dispute Boards over the Past Six Years”. Trata-se da primeira pesquisa empírica internacional sobre DBs e cujo resultado confirma, em números, a precisão dos adjetivos que popularmente lhes são atribuídos.

O estudo contou com a participação de 213 entrevistados, organizados em quatro categorias: (i) pessoas físicas, (ii) entidades comerciais ou financeiras (empresas) envolvidas em projetos que foram acompanhados por DBs, (iii) instituições que atuam na criação, administração e funcionamento de DBs, e (iv) entidades financiadoras de projetos que adotaram DBs. A pesquisa considerou DBs havidos entre 2018 e 2023. De início, os dados da pesquisa confirmam a eficiência do papel preventivo dos DBs, sobretudo por seu impacto na qualidade da gestão contratual.

Para 45% das pessoas físicas entrevistadas, as ferramentas preventivas implementadas pelos DBs foram responsáveis por evitar, por completo, o surgimento de disputas em seus contratos. Para 41%, essas ferramentas reduziram substancialmente o escopo das disputas. Na mesma linha, 86% das pessoas físicas e 75% dos financiadores responderam que os DBs foram “extremamente ou muito úteis” na prevenção de disputas. Para as empresas, quase metade (46%) indicou esse mesmo entendimento.



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## CLIPPING

## BIBLIOTECA

DATA

15.01.2025

PÁGINA Nº

25 de 26

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Os dados também sinalizaram a eficácia pacificadora dos DBs quando chamados a resolver uma disputa. A pesquisa confirmou a qualidade, a precisão e a assertividade das decisões tomadas pelos DBs. São, essencialmente, três informações extraídas da pesquisa que corroboram esse entendimento: (i) a tendência de cumprimento espontâneo das decisões ou recomendações tomadas pelos DBs; (ii) a boa aceitação das decisões de DBs, dado que aproximadamente 40% dos indivíduos e empresas afirmaram “nunca” ou “raramente” apresentar notificações de insatisfação; e (iii) o baixo índice de contestação das decisões dos DBs nas jurisdições estatal ou arbitral, que varia entre 0 e 10% para aproximadamente 70% dos entrevistados.

A qualidade das decisões dos DBs é confirmada, ainda, pelos casos em que são contestadas por arbitragem ou na jurisdição estatal. Isso porque 79% das pessoas físicas e 68% das empresas informaram que as decisões jurisdicionais “nunca” ou “raras vezes” são substancialmente distintas das decisões dos DBs. Por fim, a pesquisa também corrobora o baixo custo dos DBs em relação ao valor total do projeto. Para metade dos indivíduos (55%) e das empresas (50%), o custo do DB variou entre 0% e 0,5% do valor total do projeto. Trata-se de percentual que vai no mesmo sentido do índice de 0,05% a 0,25% indicado pela Dispute Resolution Board Foundation.

Os dados da pesquisa confirmam, em última análise, a relevância do papel dos DBs na prevenção e na resolução de controvérsias de forma célere, com baixo custo e alta qualidade. Trata-se de dados promissores e que chegam em um momento único do mercado brasileiro da infraestrutura. Isso porque os DBs já entraram na ordem do dia dos órgãos da administração pública no Brasil e de seus respectivos projetos. A publicação de leis, decretos e normas regulamentando a utilização dos DBs em contratos públicos tem se tornado cada vez mais frequente, o que posiciona a administração pública brasileira na vanguarda da adoção de DBs em obras públicas.

Apenas nos últimos meses de 2024, diversos editais de licitação para projetos de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) previram a utilização desse mecanismo. Desde projetos de rodovias estaduais e federais (Nova Raposo, Rota Sorocabana, Programa de Concessões Rodoviárias do Mato Grosso, Pacote de Rodovias do Paraná) até projetos de infraestrutura social (como a PPP das Escolas do Estado de São Paulo) previram cláusulas robustas de DBs - algumas das quais com grande (e acertada) ênfase em sua função preventiva. Não é exagero dizer, portanto, que a pesquisa da King's College London é um marco para o instituto dos DBs. Mais do que isso: chega em boa hora no Brasil, para reafirmar a importância de os players do mercado de infraestrutura compreenderem a magnitude do potencial benéfico que a sua correta utilização pode trazer para um projeto. Que os ventos de bom agouro continuem a soprar a favor dos DBs!

## **DATA COMEMORATIVA DO DIA- SEBIB**

### **Dia 15 de janeiro – Dia Mundial do Compositor**



O Dia do Compositor é comemorado nesta quarta-feira (15) em uma tradição importada do México. Nesta data, são celebrados os profissionais que escrevem e criam músicas, além daqueles que constroem as melodias das canções. A data homenageia todos os compositores do mundo, especialmente o seu trabalho e esforço para compor, escrever e criar músicas.

Os compositores são verdadeiros artistas, que utilizam o domínio da técnica das notas musicais para criar melodias. Além da técnica, utilizam toda a criatividade e sensibilidade para

escrever canções que emocionam e animam multidões de pessoas.

O motivo pelo qual o Dia do Compositor é comemorado nesta quarta-feira data de 1945, quando, em 15 de janeiro, foi fundada a Sociedade de Autores e Compositores do México (SACM). A data passou a ser celebrada em 1983 no país da América do Norte, quando foi instituída no mesmo dia em que foi criado o Sindicato Mexicano de Autores, Compositores e Editores de Músicas (SMACEM).

Com o passar dos anos, a tradição chegou ao Brasil que, antes disso, instituiu uma data para celebrar os compositores nacionais. Herivelto Martins, famoso cantor da época da era do rádio, não só estabeleceu que o Dia do Compositor Brasileiro seria comemorado em 7 de outubro, como também fundou a União Brasileira de Compositores. O Brasil é um país muito rico em bons compositores e música de qualidade. É o que se presencia em movimentos como a Bossa Nova e a MPB - Música Popular Brasileira.

Dentre os principais compositores brasileiros podemos citar Heitor Villa-Lobos, Tom Jobim, Vinícius de Moraes, Caetano Veloso, Noel Rosa, Chico Buarque, Cartola, João Gilberto. Além desses, muitos outros nomes ficaram para a história da cultura musical nacional.